



## 12º CONGRESSO DOS ARQUITECTOS ARQUITECTURA PARA TODOS

Casa das Artes . Parque de Sinções . Vila Nova de Famalicão  
10 - 12 Dezembro de 2009

ARQUITECTURA E AMBIENTE CONSTRUÍDO  
ARQUITECTURA E CULTURA

**ARQUITECTURA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL**  
ARQUITECTURA E CIDADANIA

### PAINEL 03.01

LEGISLAÇÃO, ENCOMENDA PÚBLICA E DEFESA DOS CONSUMIDORES

COMUNICAÇÃO

integral

### DA ENCOMENDA PÚBLICA...

Falo-vos de encomenda pública...

Como consagrado na lei dos homens, e na ética do ofício da arquitectura, os concursos públicos de concepção deveriam ser o único instrumento que o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os Institutos e Empresas Públicas, e demais instituições públicas e/ou com participação pública têm ao seu dispor para a contratação de serviços de arquitectura e especialidades com vista à elaboração de estudos e projectos de construção, reconstrução, remodelação e planeamento urbano.

E em bom rigor até o serão; não fosse a lei, por ser dos homens, incorporar os habituais mecanismos de excepção que segundo o espírito do legislador a tornam menos estanque, e por isso mais sensata.

Mas o homem é um animal perverso; e na perversão do bom senso cresce.

E os arquitectos também são homens.

Ao longo dos tempos temos assistido a um regime de encomenda pública baseado na nefasta negação dos seus princípios basilares de acesso livre e democrático. Esta perversão domina sub-repticiamente, à margem dos legítimos concursos públicos de concepção; falsamente avalizada pela imperiosa urgência política em ano de eleições, pelas celebrações frívolas de festas temáticas, pela exclusiva técnica e arte de vários - no entanto únicos - colegas iluminados, pelos banais projectos de (des)interesse nacional, pelos dúbios regimes de excepção decretados em favor de compadrios instalados, pelas empresas públicas com vícios de gestão privada; ou tão somente pela vaidade provinciana dos nossos (ir)responsáveis decisores.

Os arquitectos, personagens centrais nesta trama, pactuam com este regime em consciência absoluta que este tipo de procedimentos está ferido de vício; refugiam-se no hábito do tempo, na mestria dos consagrados, nos direitos adquiridos, na legitimação da experiência. Abjecto!!

A Ordem dos Arquitectos, constrangida no papel regulador da "Arquitectura para todos", remete-se à sua douda diplomacia, esperando não ter que se pronunciar. Triste!!

Assim se mata uma geração, a que virá depois entenda-se.

Não é concebível que ainda haja recurso a concursos públicos viciados e/ou com condicionantes de quase impossível cumprimento.

Não é concebível que ainda haja recurso a ajustes directos de duvidosa legalidade e/ou justificação.

Não é concebível que se convidem arquitectos nacionais e estrangeiros, ditos de referência e renome nacional e internacional, para servir única e exclusivamente objectivos e operações de marketing político.

Não é concebível que se entreguem projectos a arquitectos com base nos seus compadrios ou meras afinidades de gosto dos efémeros donos de obra.

Não é concebível que obras do Estado e das Autarquias, como por exemplo a renovação e aumento do parque escolar, os equipamentos de saúde, os equipamentos desportivos e de lazer, os museus e equipamentos culturais, a recuperação do nosso mais precioso património edificado ou até mesmo o futuro aeroporto, sejam projectados sem uma consulta pública e apreciação por um júri qualificado.

Não é concebível que colegas nossos aceitem estes ajustes directos tendo consciência absoluta que não o deveriam fazer, pelo óbvio desequilíbrio que provocam na normal regulação e livre concorrência da classe, consagrados no Regulamento de Deontologia.

Não é concebível que a Ordem dos Arquitectos apoie alguns destes procedimentos sendo perversamente, ainda que conscientemente, instrumentalizada pelo sistema político.

Não é concebível que a Ordem dos Arquitectos não se pronuncie desfavoravelmente sobre este tipo de procedimentos; não se distancie clara, objectiva e publicamente destas manobras de bastidores e não actue disciplinarmente sobre quem prevarica.

Não nos iludamos. Este não será o caminho da credibilidade; o dos polutos talvez.



É compreensível a escolha dos arquitectos: o trabalho escasseia, o número de profissionais cresce desmesuradamente. Mas não é aceitável. O crescimento saudável das nossas cidades, do país, tem que ser consistente e sustentado; renunciando à retórica fácil da agenda individual, e convocando a mais valia do pensamento plural e participado.

São compreensíveis o desconforto e silêncio da Ordem dos Arquitectos; não fizessem parte dos seus corpos sociais em cargos de responsabilidade cimeira, colegas que promovem e beneficiam de tais procedimentos, com total desprezo pela confiança que lhes foi depositada em sufrágio nacional. Mas não é aceitável. Há que pautar pela justiça necessariamente cega e respeito profundo em valores que infelizmente caíram em desuso na vertigem da ganância, poder e arrogância daqueles que em claro abuso de funções, ditam ou influenciam as regras.

O tempo da diplomacia tem que perecer, a nossa credibilidade urge ser refundada.

Temo no entanto que, perdida no lapso temporal da mudança, a minha geração seja aquela que morreu.

Em jeito de conclusão, um desejo...

Exorto-vos, colegas e associados, a participarem mais activamente na vida da Ordem. Tornem consequentes as conversas de café, divulguem as vossas preocupações e reflexões sobre a classe, lutem sem pudor pela protecção dos valores base da nossa actuação.

E à Ordem, exorto-a a debater, reflectir, divulgar, proteger e agir em conformidade com os nossos anseios e expectativas; a par duma intervenção mais activa, efectiva e regular quando em causa está a degradação da qualidade de vida do país e uma clara ultrapassagem aos nossos direitos enquanto profissionais.

Para isso foram mandatados.

Como sabiamente professado n"As Catedrais...": **"Ter melhor equivale a merecer melhor."**

Luís Afonso  
OA SRS . 11 149  
LX 2009.XI.29